Revista do Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-ISSN 1983-201X
https://seer.ufrgs.br/anos90

DOSSIÊ: CARTOGRAFIA DAS MEMÓRIAS EM DISPUTA:
MANIFESTAÇÕES/INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO PÚBLICO

História local, memórias e disputas no espaço público: uma reflexão sobre o "pioneirismo" em Toledo-PR (1980-2010)[1]

Local history, memories, and disputes in the public space: A reflection about 'pioneering" in Toledo-PR, Brazil (1980-2010)

Jiani Fernando Langaro*
Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História. Goiás, GO, Brasil.

RESUMO: O trabalho discute as disputas delineadas no espaço público de Toledo, no estado do Paraná, em torno das memórias do "pioneirismo", remissivas à fundação e emancipação do local, ocorridas nas décadas de 1940 e de 1950. Analisa como, em períodos mais recentes, tais memórias são mobilizadas nos debates sobre projetos do poder público municipal para transformar o espaço urbano. Também analisa maneiras como trabalhadores migrados para o lugar no final do século XX – e que não são considerados "pioneiros" locais – dialogam com essas memórias. Por fim, conclui que as memórias fundacionais do lugar têm um grande peso no debate público, razão pela qual muitas pessoas reivindicam para si e suas famílias reconhecimento público como "pioneiros", algumas vezes chegando a questionar os marcos oficiais estabelecidos pelo poder público municipal.

PALAVRAS-CHAVE: oeste do Paraná; cidade; imprensa; História Oral; memórias públicas.

*E-mail: jflangaro@ufg.br
https://orcid.org/0000-0003-2048-2927

DOI: 10.22456/1983-201X.129686
Anos 90, Porto Alegre, v. 30 – e2023308 – 2023

Este é um artigo Open Access sob a licença CC BY

ABSTRACT: *The text discusses the disputes outlined in the public space of Toledo, in state of Parana, Brazil, about the memories of 'pioneering", referring to the foundation and emancipation of the place, occurred in the 1940s and 1950s. It analyzes how, in more recent times, those memories are used in the debates about the local public administration projects to change the public space. It also discusses some ways how the laborers who migrate to the place at the end of the 20th century – who aren't considered local 'pioneers" – dialogue with these memories. Finally, it concludes that the foundation memories of the place are substantive in the public debate, which is why many people claim public recognition for themselves and their families as 'pioneers", sometimes even questioning the official markers fixed by the city government.*

KEYWORDS: *west of Parana; city; Press; Oral History; public memories.*

Introdução

Toledo[2], no estado do Paraná, é uma localidade relativamente recente, fundada em 1946 e emancipada em 1952. A atual sede municipal foi criada no contexto do empreendimento da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A, conhecida regionalmente pela sigla MARIPÁ. Essa foi uma das empresas madeireiras e colonizadoras privadas que atuaram na região, entre as décadas de 1940 e de 1960. Considerada central para a fundação de Toledo, é em torno dessa empresa e da atuação de seus agentes que se constituem as "memórias públicas"[3] locais.

Em Toledo, essas versões do passado circulantes no espaço público costumam hierarquizar as populações migrantes em dois grupos: os "pioneiros"[4] e os não-pioneiros. Os primeiros seriam aqueles vindos ao local durante seu tempo fundacional, no período da "colonização". Eles possuem *status* privilegiado, por serem considerados construtores do lugar, ao passo que os demais, vindos em tempos posteriores, teriam se fixado em Toledo quando o município já estava estruturado. Por vezes, também se imputa aos considerados "pioneiros" a obra de "nacionalização" da fronteira, considerada como espaço "invadido" por argentinos e paraguaios[5], que ali extraíram erva-mate e madeira nativas por quase um século, quando então a região foi "colonizada" com migrantes brasileiros sulistas (Grondin, 2007, Silva; Bragagnolo; Maciel, 1988).

Entretanto, o "pioneirismo" não é algo fixo, mas objeto de intensa disputa no espaço público da cidade.[6] Muitos são os moradores locais que se reivindicam como parte de um contexto fundacional do município a ponto de o museu histórico estabelecer oficialmente o período entre 1946 e 1952 – a fundação do povoado de Toledo e a criação do município – como o tempo "pioneirístico" da cidade (Santos, 2010). Essa periodização, no entanto, não foi aceita consensualmente, haja vista não ser raro a imprensa local trabalhar com outras datações, considerando "pioneiros" até quem chegou ao lugar na década de 1970 (Costa, 2002).[7] Destarte, em 1952 algumas localidades da zona rural, hoje distritos municipais, sequer haviam sido fundadas (Yoshida, 1988).

As disputas travadas no campo das memórias públicas locais, porém, não se limitam à cronologia do tempo da "colonização". Nos livros de história local[8] – geralmente produzidos por historiadores autodidatas e/ou em meio a projetos culturais do poder público – e na imprensa local, são abundantes os conflitos que se operam em torno de quem deveria figurar como sujeito do "pioneirismo". Isso porque as memórias públicas locais elegem um modelo cristalizado de "pioneiro": homens brancos, de alegada descendência europeia (geralmente italiana ou alemã), migrantes oriundos dos Estados do Sul do Brasil e portadores de algum capital para investir na região. No interior desse grupo, ganharam destaque os agentes ligados à empresa colonizadora, que, após a emancipação, se tornaram figuras políticas locais.

Entre as décadas de 1980 e 2010, diversas obras de história local defenderam a ampliação do conjunto de "pioneiros", procurando incorporar outros agentes. Algumas delas destacaram aqueles que seriam os "pioneiros" dos distritos e da zona rural do município, o que evidencia disputas de ordem rural-urbana ou entre a sede municipal e os distritos (Yoshida, 1988). Embora não tomassem a inclusão de novos sujeitos ao rol de "pioneiros" como tema central, também houve iniciativas que deram maior visibilidade a mulheres,[9] imigrantes "paraguaios" (Beal, 2009; Grondin, 2007; Niederauer, 2004), migrantes nordestinos e sudestinos – regionalmente chamados de "nortistas" – e demais populações negras e mestiças presentes na fundação do local. Também houve iniciativas que acabaram por dar alguma visibilidade a indígenas e a relações de classe presentes no processo histórico de "colonização" e nas memórias do "pioneirismo" (Beal, 2009; Silva; Bragagnolo; Maciel, 1988).

Essas iniciativas não ocorreram apenas pela ação dos autores dos livros de história local. Parte dessa visibilidade foi reclamada por certos grupos sociais. *Com licença, somos distritos de Toledo* (Yoshida, 1988) foi uma obra publicada após a reivindicação das populações dos distritos, que queriam uma obra exclusiva sobre suas trajetórias, com destaque para a vida rural. Em *Tempo de heróis. História de Toledo, oeste do Paraná:* a parte esquecida que o tempo não conseguiu apagar (Beal, 2009), ficam patentes as queixas de trabalhadores que alegam não terem sido reconhecidos como "pioneiros" locais, muito embora tenham participado do contexto "colonizatório", nas décadas de 1940 e 1950.

Mesmo entre os grupos privilegiados pelas memórias públicas locais, disputas são delineadas. As famílias consideradas "pioneiras" da cidade, migradas ainda na década de 1940, reivindicam lugar de destaque na história local, em detrimento dos "pioneiros" ali aportados na década seguinte. Outras contendas se delineiam em torno de quem deveria ser considerado "fundador" (ou "fundadores") de Toledo, bem como sobre quem seria a grande figura de destaque das memórias públicas locais, o primeiro administrador local da MARIPÁ, Alfredo Paschoal Ruaro, ou o segundo, Willy Barth (Grondin, 2007).

Além dos livros de história local, a imprensa, a escultura urbana, os museus e o ensino de história também se inserem nas disputas pelas memórias locais. A imprensa, em particular, além de estampar os embates sobre quem deveria ser considerado "pioneiro" na cidade, realiza outro importante movimento. Jornais e revistas conectam presente e passado, apresentam a cidade do tempo presente como um lugar venturoso, prenhe de riqueza material e de qualidade de vida. Um dos motivos de orgulho local é a presença de indústrias, especialmente a planta industrial da BRF S/A, que adquiriu o antigo Grupo Sadia.[10] O "pioneirismo" – entendido como uma história repleta de abnegação e de superação de adversidades – é considerado, em tempos de prosperidade, como a estrutura basilar responsável pelo "progresso" de Toledo e, em tempos de crise, é tomado como fonte de inspiração para se transcender obstáculos.

Todas essas questões já foram devidamente problematizadas em pesquisa anterior (Langaro, 2019). Entretanto, saltam aos olhos duas questões: 1) por que é tão importante ser reconhecido como "pioneiro" na cidade de Toledo, de maneira a motivar tantas pessoas a tentarem se inserir sob essa alcunha? 2) como trabalhadores migrantes aportados na cidade a partir da década de 1960 – quando houve um intenso fluxo migratório para o local, com a formação do polo industrial – lidam com uma cidade que hierarquiza os estatutos de cidadania[11] de seus moradores? Esses são questionamentos centrais para este trabalho.

Os "pioneiros" e suas disputas no espaço público de Toledo: o caso da reformulação da Praça "Willy Barth"

A imprensa local se constitui em importante fonte de pesquisa para entendermos as mobilizações dos sujeitos que se compreendem como "pioneiros" da cidade. O tema é de interesse dos veículos de comunicação locais há décadas, estampado até mesmo nas páginas policiais (Pioneiros Assassinados..., 1980). No arquivo do Museu Histórico "Willy Barth" de Toledo levantamos os oito títulos de jornais locais completos ali disponíveis, que cobrem o período entre a década de 1950 e a de 2010. Dentre eles, se destaca o *Jornal do Oeste*, o mais antigo periódico da cidade ainda em circulação (Troca de..., 1995). Fundado em 1984, se constitui em um dos mais importantes veículos de comunicação do município, com pauta focada nas notícias locais. Concorreu, até o final da década de 2000, com a *Gazeta de Toledo*, posteriormente rebatizada como *Gazeta Mundial*.[12]

Em 1995, o *Jornal do Oeste* foi adquirido por um grupo ligado a políticos do então Partido Progressista Brasileiro (PPB), atualmente conhecido apenas como "Progressistas". Herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de sustentação da Ditadura Civil-Militar, a agremiação articulava, localmente, na década de 1990, parte do setor empresarial da cidade. Conforme noticiou a imprensa regional, o sócio Waldemiro Merlo assumiu a diretoria administrativa do jornal. Anteriormente, ele havia trabalhado na unidade local da Sadia e coordenado a campanha eleitoral do deputado federal Dilceu Sperafico (PPB), de Toledo. Os novos donos tinham planos para modernizar o parque gráfico, aumentar o número de páginas de cada edição e multiplicar a tiragem do jornal em quase cinco vezes. As razões para todos esses investimentos estariam ligadas à preparação de uma candidatura à prefeitura municipal, nas eleições de 1996 (Troca de..., 1995). O grupo foi bem-sucedido nesse intento e conseguiu eleger um dos adquirentes do *Jornal do Oeste*, Derli Donin (PPB), como prefeito. Após as eleições, a linha editorial adotada pelo periódico foi de alinhamento à nova gestão municipal. As memórias do "pioneirismo" também ganharam visibilidade e destaque nesse veículo de comunicação, haja vista a família Donin se identificar como "pioneira" da cidade, sendo o pai do prefeito considerado o primeiro funcionário público municipal. O próprio Derli Donin era saudado como o primeiro prefeito nascido em Toledo (Emoção no..., 1999).

A gestão obteve sucesso e, após dois mandatos de Derli Donin como prefeito, entre 1997 e 2000 e entre 2001 e 2004 (Câmara Municipal de Toledo, 2002), o PPB conseguiu eleger como prefeito José Carlos Schiavinatto – até então secretário municipal de planejamento estratégico da administração de Donin (Toledo, 2001). Schiavinatto também governou a cidade por dois mandatos, entre 2005 e 2008 e entre 2009 e 2012. Ele era engenheiro civil (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 2023) e, além de dar prosseguimento aos projetos de seu grupo político para a cidade, empreendeu uma série de obras de remodelação urbana. O *Jornal do Oeste*, por seu turno, manteve a linha editorial adotada desde sua última troca de comando.

Essas informações não são tópicas. Conforme defende Laura Antunes Maciel (2004), ao utilizarmos a imprensa como fonte de pesquisa, é preciso ter em mente quem mantém um determinado veículo de comunicação, seu perfil comercial e editorial, bem como seu projeto de intervenção na realidade. Tais questões são reforçadas por Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto (Cruz; Peixoto, 2007), para quem não basta ao historiador fazer leitura crítica de matérias da imprensa, é preciso historicizar esses meios de comunicação e pensá-los não como "reflexo da realidade", mas como materiais por meio dos quais se pretende dinamizar projetos políticos, econômicos e sociais.

Foi pensando em tais questões que escolhemos uma matéria do *Jornal do Oeste* para análise. Como já afirmamos, o veículo de comunicação tinha interesse tanto em divulgar as ações do governo municipal quanto em elementos concernentes às memórias de "pioneirismo". O texto jornalístico em

questão foi escolhido porque nos ajuda a compreender a importância em ser reconhecido no espaço público como "pioneiro" de Toledo, bem como articula aqueles dois elementos da pauta jornalística, ou seja, os projetos da prefeitura e o "pioneirismo".

Em "Revitalização de praça encontra resistência. Mexendo com a história: parte da comunidade, à primeira vista, foi contra o projeto de revitalização da Praça Willy Barth" (2005), o jornal noticiava, em 23 de julho de 2005, uma audiência pública acerca de uma proposta de remodelação da Praça Willy Barth, na área central de Toledo, que contou com a presença de "pioneiros" do município. Um *box* à esquerda da matéria, intitulado "História", explicava que a praça havia sido urbanizada em 1959, quando recebeu o nome de "Barão do Rio Branco" (Revitalização de..., 2005), posteriormente modificado para Praça Rui Barbosa (Pilar, 2007). O texto jornalístico também destacava que, na década de 1960, o logradouro foi reformulado e, desde 1988, não recebia mais reformas (Revitalização de..., 2005). Na década de 1960, juntamente com as obras ali empreendidas, o logradouro foi rebatizado como Praça Willy Barth (Pilar, 2007), uma homenagem ao segundo diretor local da MARIPÁ e prefeito falecido no exercício do cargo, em 1962, vítima de um ataque cardíaco (Schmidt, 2001). Na ocasião também foi inaugurado um busto em sua memória (Pilar, 2007).

Quando da realização da audiência pública, os planos de reforma desse espaço, apresentados pela prefeitura municipal, não foram bem aceitos pelos moradores identificados como "pioneiros" da cidade. Segundo informa o *Jornal do Oeste*:

> O clima de polêmica envolveu a audiência pública que tinha como objetivo saber se a população apóia a remodelação da praça Willy Barth. O evento foi promovido nesta quinta-feira, 21 [de julho de 2005], no auditório da Associação Comercial e Industrial de Toledo (Acit).
>
> Na ocasião ficou bastante explícita a divergência de interpretações e opiniões não só do público, mas também da mesa. As árvores do local foram tidas como a [sic] cerne do problema, o que acalorou a discussão.
>
> Algumas famílias pioneiras se rebelaram contra a proposta de remodelação, considerando a iniciativa uma afronta à história do município. O saudosismo falou mais alto.
>
> De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, existem na praça 150 árvores de 29 espécies diferentes. Destas, 62% são exóticas. Entre as nativas do local encontram-se a paineira, a canela, o pau-brasil, o ipê amarelo, o pinheiro do Paraná e o ipê roxo. Estas, impreterivelmente deverão ser preservadas.
>
> O maior contingente é, ao todo 35. Conforme o engenheiro florestal, Paulo Jorge de Oliveira, grande parte está doente e com a vida comprometida. A segunda espécie mais comum é a Iúca [yucca], que soma 22 exemplares. Ambas as árvores são exóticas e por este motivo a retirada é permitida, mas a idéia não agradou a comunidade.
>
> "Cresci brincando nesta praça. Caí muitos tombos e muito sangue ficou lá. Ali está um pouco da minha história e temo principalmente pelo tipo de poda 'assassina' que vem sendo realizada em Toledo", disse a funcionária pública Marli Bombardelli.
>
> Uma moradora das proximidades, Nelci Friedrich, afirmou que a única coisa que falta é manutenção e que a retirada das árvores é um crime contra a natureza.
>
> "James", como é conhecido o assessor do vereador Paulo dos santos, ao fazer uso da palavra iniciou se posicionando contrário a implantação de um "estacionamento florido" no lugar da praça, cujo plano, segundo ele, teria sido proposto pela Associação Comercial e Industrial de Toledo (Acit). Imediatamente a afirmação foi rebatida pela presidente da entidade, Solange Pinzon de Carvalho Martins. "Em nenhum momento mencionamos esta hipótese. Não

> queremos nada radical e a Acit jamais colaboraria com uma atitude destas". O pronunciamento arrancou aplausos. James considerou o diálogo importante e agradeceu o esclarecimento.
>
> A professoram [sic] Joana D'arc também se manifestou e considerou que mexer na Praça Willy Barth é alterar a identidade de um povo. Observou inclusive que a retirada de árvores vai contra ao que é pregado nas escolas.
>
> **COMÉRCIO** – Segundo a Acit, a praça da forma como está, em situação de abandono, tem sido prejudicial ao comércio do entorno além de não estar cumprindo com o seu objetivo de reunir a comunidade.
>
> Neste sentido, a empresária Maria Helena manifestou opinião. "Saudosismos a parte. Também brinquei muito na praça, só que agora ela não cumpre mais com a sua função. O banheiro é fedorento, as crianças não freqüentam o local e nem sequer os casais de namorados. É preciso modernizar sim. Se existem árvores doentes, porque [sic] não retirar e plantar outras no lugar?", questionou. (Revitalização de..., 2005, p. 3).

Por meio da matéria é possível perceber a organização de pessoas que se identificavam como integrantes de famílias "pioneiras" para participar da audiência pública e manifestar sua reprovação a uma remodelação da praça que implicaria em mudanças no paisagismo do local, com o consequente corte de árvores. Possíveis razões para essa mobilização são explicitadas por Marli Bombardelli, com a expressão "poda assassina", usada para referir-se ao tipo de gestão da arborização urbana adotada pela administração municipal. Havia o temor de que um corte indiscriminado de árvores se processaria na praça central da cidade. Esse medo pode ter sido majorado pelo boato de que existia um projeto da ACIT – cujo edifício-sede se localizava nas imediações do logradouro a ser remodelado – de substituição da praça por um estacionamento florido, desmentido pela presidente da entidade.

Para além disso, a fala de Marli Bombardelli também evidencia a afetividade que os moradores possuíam para com o logradouro público que seria remodelado. Ela e outros moradores que se compreendiam como "pioneiros" locais entendiam que a praça, com seu formato e paisagismo, se constituía em um marco de suas histórias pessoais e da própria cidade e, por essa razão, esse espaço público não deveria ser alterado. Tal posição foi complementada pela professora Joana D'Arc. Ela alegava que a praça – no seu então formato – fazia parte da identidade local. A derrubada de árvores, por seu turno, testemunharia contra a educação ambiental que a rede municipal de educação de Toledo desenvolvia há décadas.[13]

O que estava em questão nesse debate era uma concessão de patrimônio cultural, embora não se tenha utilizado o conceito. Por meio dele, se procura revitalizar – sem grandes alterações – os espaços urbanos já existentes, ao invés de se operar mudanças mais radicais (Castriota, 2009). Tal posição, no entanto, foi compreendida por parte dos presentes na audiência pública como mero "saudosismo", compreensão também assumida pelo jornal, ao afirmar que o "saudosismo falou mais alto" (Revitalização de..., 2005, p. 3). Ao operar tal movimento, o *Jornal do Oeste* deixava patente os limites do "pioneirismo" no interior de sua pauta jornalística. Salta aos olhos a predileção do periódico pelo projeto da prefeitura municipal – apoiado pelo empresariado local, que, frise-se, se constituía em grande cliente do jornal, contratante de assinaturas e de publicidade –, de cuja importância e necessidade o veículo de comunicação tentava convencer o leitor.

Todavia, as críticas ao projeto sensibilizaram o promotor de justiça Giovani Ferri, que também estava presente na audiência pública. Ele pediu cautela à gestão municipal, pois, além da preocupação ambiental – central na discussão sobre a remodelação da praça por atingir árvores e pássaros –, outros

elementos deveriam ser levados em conta. Segundo afirmou: "Quando se discute uma remodelação desse porte tem que ser levado em consideração não só a questão ambiental, mas [o aspecto] arquitetônico, urbanístico e histórico. É preciso conciliar interesses dos comerciantes, do município e da população" (Promotor pediu..., 2005, p. 3). Embora Ferri não tenha utilizado o conceito no debate, compreendia que a praça era patrimônio cultural local e que a remodelação deveria ser feita com cuidado, levando, inclusive, em consideração os sentimentos dos moradores para com o local. De certa maneira, o promotor reconheceu a legitimidade das demandas dos moradores que se fizeram presentes na audiência pública, identificados como membros de famílias "pioneiras".

Para reforçar a necessidade de mudanças no paisagismo e na arborização da praça, o *Jornal do Oeste* trazia o posicionamento de Adir Parizotto, chefe do escritório regional da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – apresentado como "um dos grandes defensores do plantio de árvores" (Revitalização de..., 2005, p. 3) –, que reconhecia a necessidade de mudanças na flora daquele logradouro público. O depoimento dele se somava ao do engenheiro florestal Paulo Jorge de Oliveira – constante de trecho citado anteriormente –, como forma de dar legitimidade técnico-científica à medida proposta pelo governo municipal.

Com base nessa matéria, observamos diversas disputas que se estabelecem no espaço público da cidade. No caso analisado, estava em questão os rumos que seriam seguidos pela remodelação da Praça Willy Barth. Moradores da cidade compareceram à audiência pública e utilizaram seu reconhecimento como "pioneiros" para empoderar posições contrárias a propostas mais radicais de mudanças no formato, paisagismo e arborização daquele logradouro público. Muito embora tal postura tenha sido rotulada como "saudosista", no intuito de desqualificá-la, ela resultou em conquistas imediatas efetivas, como a constituição de uma comissão para acompanhar o desenvolvimento do projeto, criada ainda durante a audiência pública.

A praça, por fim, seria reformada em 2007 (Obras em..., 2007; Toledo ganha..., 2007), com a derrubada de diversas árvores e um reordenamento do paisagismo do local. Mesmo não tendo conseguido impedir o desenvolvimento da obra – da maneira como ela se processou –, é notável que, no âmbito da audiência pública, os moradores exerceram pressão sobre o projeto e conquistaram canais para o acompanhamento de sua execução, no caso, a criação da comissão. Pesou, para tanto, o fato de muitos dos moradores presentes, contrários ao projeto, gozarem do *status* de "pioneiros". Tal título honorífico foi responsável pela visibilidade dada a eles pelo jornal, muito embora o veículo de comunicação não endossasse suas demandas, preferindo apoiar o que era defendido pelos comerciantes e pela prefeitura municipal.

A questão central aqui é que, em Toledo, constatamos uma hierarquização dos estatutos de cidadania locais, responsável pela divisão da população entre "pioneiros" e não-pioneiros. Fazer parte do primeiro grupo significa deter alguns privilégios, como ter certa visibilidade nos meios de comunicação locais e o direito de ser ouvido – dentro de certos limites – pelo poder público. Isso talvez explique o porquê de tantos moradores reivindicarem seu reconhecimento como "pioneiros" locais, uma vez que o título resulta em um claro empoderamento desses sujeitos, em suas disputas no espaço público.

Entretanto, ainda nos resta uma questão em aberto. Como os trabalhadores que se fixaram na cidade em períodos mais recentes lidam com as memórias públicas do "pioneirismo". Eles, em tese, não se enquadrariam entre aqueles moradores locais que se reivindicam como "pioneiros" e estariam excluídos dos grandes marcos da história local. É o que analisaremos na próxima seção deste artigo.

O "pioneirismo" e as memórias públicas de Toledo em disputa: narrativas de trabalhadores(as) migrados para a cidade após a década de 1970

Para conseguir compreender como trabalhadores estabelecidos em Toledo após a década de 1970 lidam com o "pioneirismo" – um marco histórico que, frise-se, não os contempla diretamente –, lançamos mão da metodologia de pesquisa com fontes orais. Tal recurso foi empregado não apenas porque esses migrantes não costumam ser objeto de grande preocupação da imprensa, dos livros e dos projetos culturais envolvendo as memórias públicas de Toledo. A opção por utilizar narrativas orais como fonte se deu por querermos conhecer melhor esses trabalhadores, suas trajetórias de vida e as formas como lidam com as memórias cristalizadas no espaço público da cidade. Como afirma o Grupo Memória Popular:

> [...] gostaríamos de enfatizar que o estudo da memória popular [...] é necessariamente um estudo relacional. Deve-se incluir tanto a representação histórica dominante no âmbito público quanto procurar ampliar ou generalizar experiências subordinadas ou privadas. Como todas as disputas, deve ter dois lados. Nos estudos concretos, memórias privadas não podem ser facilmente desvinculadas dos efeitos dos discursos históricos dominantes. Muitas vezes são estes que suprem os próprios termos por meio dos quais uma história privada é pensada. (Grupo Memória Popular, 2007, p. 286).

Isso significa que, embora tenhamos dois espaços de circulação de memórias sobre a cidade – não totalmente separados entre si, frise-se –, a esfera pública e o lugar das fontes orais, não necessariamente encontramos entre os entrevistados versões do passado opostas àquelas hegemônicas no espaço público. Nesse aspecto, Alistair Thomson (1997; 1998) também nos faz alguns alertas. Em suas pesquisas, ele buscou versões críticas à participação da Austrália na Primeira Guerra Mundial, considerada como o grande evento inaugural daquele país. No entanto, no trabalho de produção de narrativas orais com veteranos que não se engajaram no exército, em seus retornos ao país, mas passaram a compor as fileiras do operariado, Thomson encontrou a reprodução do mito nacional australiano. Com base nessa constatação, o autor refletiu sobre como os historiadores devem focar suas pesquisas nas formas como os narradores lidam com o passado e em problematizar os motivos que os levam a produzir reminiscências de certas maneiras.

Mais que meras premissas teóricas, pudemos constatar esses movimentos nas entrevistas orais produzidas na pesquisa, em que memórias pessoais reelaboram elementos correntes nas memórias públicas. Ao longo do desenvolvimento do projeto de pesquisa que originou este artigo, foram produzidas 60 entrevistas orais. Como não é possível trabalhá-las todas neste texto – haja vista os recortes necessários a todo trabalho –, selecionamos quatro narrativas orais que permitem a visualização de possíveis relações que trabalhadores migrados à cidade em períodos mais recentes estabelecem com as memórias públicas do "pioneirismo".

Para a escolha dos narradores, levamos em consideração a concepção de "representatividade" delineada por Alessandro Portelli (1996). Para ele, uma pessoa não é representativa por ser a média da sociedade da qual faz parte, mas por conseguir delinear, em sua fala, aquilo que compõe não somente sua própria existência, mas elementos constantes do horizonte comum compartilhado de seu grupo social. Isso significa que as quatro narrativas orais escolhidas respondem às nossas inquietações e se constituem em possibilidades de diálogo dos trabalhadores com as memórias públicas locais.

No trabalho com história oral, também dialogamos com o conceito de "subjetividade" de Alessandro Portelli (1996). Para o autor, a importância das fontes orais reside em seu aspecto qualitativo, sendo a subjetividade dos narradores importante elemento para a análise. Isso porque ela nos informa o ponto de vista de quem narra, seu universo cultural – incluindo seus valores –, compartilhado com os grupos sociais de que o narrador faz parte. Por essa razão optamos por analisar as falas das pessoas entrevistadas, ao invés de tentar traçar painéis estatísticos com o perfil de respostas dadas por elas.

Começaremos com a narrativa de Fernando[14], cuja fala é muito importante para pensarmos na dimensão que o "pioneirismo" ganha entre trabalhadores migrados para Toledo em períodos mais próximos do final do século XX. A entrevista foi realizada em 14 de janeiro de 2009, quando ele tinha 50 anos de idade, encontrava-se aposentado, mas também trabalhava como zelador. Nascido no estado do Rio Grande do Sul, sua família se mudou para Barracão, no Sudoeste do Paraná, em 1971. Aos 19 anos foi embora para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tentar carreira no futebol profissional, atividade em que não logrou êxito. Na sequência trabalhou em uma fábrica de parafusos, porém, não se adaptou à cidade e retornou a Barracão, onde trabalhou na agricultura, como arrendatário.

Posteriormente, mudou-se para Toledo, auxiliado por um irmão que já vivia na cidade. Nessa época, entre fins da década de 1970 e início da de 1980, era uma expectativa dos jovens trabalhar na Sadia, segundo nos informou. Não foi difícil conseguir emprego nessa empresa, pois foi indicado por seu irmão. Sobre sua atuação na Sadia, constrói memórias que o apresentam como um trabalhador "exemplar", dentro dos ideais empresariais. Afirma que dela saiu por iniciativa própria e a contragosto de seus chefes, por ter encontrado um emprego paralelo em um clube, tendo ficado insustentável o trabalho em dois locais diferentes ao mesmo tempo.

Ao responder a nossos questionamentos sobre como era a cidade na época em que chegou em Toledo, Fernando comenta o crescimento do Jardim Panorama, onde reside. Esse bairro surgiu no começo da década de 1980, como obra de uma imobiliária privada, e atendeu a inúmeros funcionários da Sadia que visualizaram no empreendimento uma forma de sair do aluguel e de morar perto do trabalho. Fernando direciona então a narrativa para a conquista da casa própria, ocorrida entre os anos de 1981 e 1982, tratada como um grande momento de sua vida, quando conseguiu "sair do aluguel". Tal qual os demais moradores do bairro que ali chegaram nessa época, ele também relata a falta de infraestrutura no lugar, não oferecida pela imobiliária que loteou o local e assumida com muita relutância pela prefeitura municipal, que não as tratava como uma responsabilidade sua (Langaro, 2014). Nas palavras de Fernando:

> ...fiz [casa] meia água de madeira, no... no Panorama, uns fundão, não tinha água, não tinha, luz[,] não tinha, nada[,] não tinha asfalto, tudo estradão. Daí fui morar pra lá, escapei do aluguel e daí fui pra lá. Hoje, hoje é pra você vê que você mora lá, né? Você mora lá, é... bem dizer, se dividir, a cidade de Toledo, né, lá é para ter... quase mil, ah, quase vinte mil, habitantes desse lado do rio, para lá, na época não existia nada disso![15]

Embora pontue as dificuldades vividas nos primeiros tempos, o narrador deixa claro que a conquista da casa própria compensou as privações sofridas. Vemos nessa passagem a presença da temática da "abnegação", elemento muito forte nas memórias públicas da cidade, quando se afirma que os "pioneiros" deixaram realidades mais confortáveis em seus lugares de origem para se embrenharem no "sertão" e construir um futuro melhor para si e para seus filhos.[16] Na sequência, narra que, depois da primeira casa de madeira, construiu mais duas residências. Instigado a falar mais sobre o bairro, no momento em que se mudou para o local, Fernando afirma que:

> Não tinha nada, nada, tudo lavoura, né? Eu sou pioneiro lá eu tô com vinte [pausa] vinte e seis, vinte e sete anos de, de Panorama, pioneiro, tudo rua, hoje onde tem o ginásio tinha criação [bois e vacas], tinha um sítio, onde tem a igreja, tudo ali, [era] tudo lavoura, ali tinha lavoura de milho, até a gente, é? [pausa] Situação era difícil a gente pegava abobrinha, no meio do milho pra levar pra casa, pra comer...

Nessa passagem, o narrador se apresenta como "pioneiro" do bairro, uma maneira de ressaltar sua participação em um contexto fundacional do local, atestado pelo ambiente rural ali existente. Assim, Fernando reivindica para si um "pioneirismo" diferente, circunscrito ao bairro em que vivia. Para tanto, toma de empréstimo às memórias públicas da "colonização" de Toledo temas como o sofrimento para se estabelecer no local, materializado na falta de infraestrutura existente no bairro nos primeiros anos, e as dificuldades financeiras, fator que o levou a cometer pequenos furtos de hortaliças para se alimentar.

Esse seria um momento inicial do bairro, ao qual contrapõe o "progresso" que ali existiria no presente. Essa imagem provavelmente foi alimentada por Fernando porque ele próprio se via como quem teria ajudado a construir a prosperidade do lugar. Ao longo da entrevista, o narrador procura reforçar sua importância para o bairro e para a cidade, se apresentando como morador antigo e liderança do Jardim Panorama, onde assumiu diversas atividades comunitárias, entre elas a presidência da associação de moradores. Ao compreender-se como "pioneiro" do bairro, Fernando toma emprestado das "memórias públicas" da cidade tal conceito e, no interior dele, disputa espaço para os trabalhadores que saíram do campo e se dirigiram à zona urbana de Toledo nas décadas de 1970 e de 1980, os quais protagonizaram a fundação de novos bairros nas periferias da cidade, em um contexto de êxodo rural e de busca por empregos urbanos nas indústrias da cidade, notadamente a Sadia.

Reivindicar para si o estatuto de "pioneiro", no entanto, não é a única forma de diálogo desses trabalhadores com as "memórias" da "colonização" e do "pioneirismo" de Toledo. Encontramos outras maneiras na entrevista de Marcos[17], realizada em 21 de janeiro de 2009, quando tinha 53 anos de idade, era trabalhador industrial aposentado e microempresário e morador do Jardim Panorama. Nascido em Três Passos, no estado do Rio Grande do Sul, aos 14 anos se mudou com a família para o sudoeste do Paraná, na região dos municípios de Planalto e Capanema. Ele narra essa mudança como derivada da "mecanização agrícola", em curso no Rio Grande do Sul, o que motivava as famílias a vender as pequenas propriedades e se deslocar para outros lugares, onde as terras eram mais baratas, para, dessa maneira, poderem permanecer na agricultura.

Relata, então, que sua família foi próspera e comprou mais terras. O deslocamento de Marcos para a área urbana de Toledo ocorreu na década de 1980. Conforme ressalta, a mudança não foi motivada por privações vividas no campo, mas porque queria algo "mais" e tornar-se "alguém na vida". Para ele isso não seria possível no campo, dada a centralidade que o urbano adquiriu no Brasil, no final do século XX. Ao chegar em Toledo, com 23 anos de idade, morou nas primeiras semanas com amigos e preencheu "fichas" (de solicitação e emprego) em empresas como a Sadia. Nela foi contratado e ali trabalhou até se aposentar por tempo de serviço, quando então atuava na inspeção federal, posto ambicionado pelos trabalhadores da linha de produção.

No começo da década de 1980, Marcos comprou um lote no Jardim Panorama, onde fez uma casa de madeira. Ali, ele e a esposa, recém-casados, passaram a morar. Nesse local, se envolveu com as lutas por melhorias na infraestrutura urbana do local e se tornou presidente da associação de moradores. Quando ainda atuava profissionalmente na Sadia, Marcos e sua esposa começaram a trabalhar como vendedores ambulantes de confecções. O negócio cresceu e resultou em uma loja na avenida principal do bairro, no mesmo terreno em que residiam. Após a aposentadoria, o narrador passou a se dedicar exclusivamente ao comércio, sempre junto de sua esposa. No momento da entrevista, em função de

sua posição como lojista, era membro da diretoria da ACIT, entidade em que buscava, junto com os demais vizinhos comerciantes, criar um núcleo setorial de bairro.

Esta última experiência é extremamente marcante na recomposição[18] das memórias de Marcos, pois ele narra sua vida com base em elementos de uma cultura empresarial. Embora tenha sido operário industrial por décadas, o lugar social a partir do qual produz sua narrativa está fortemente marcado por seu ingresso no comércio. Certamente, contribuiu para isso o fato de o novo sindicalismo nunca ter conseguido a direção do sindicato a que eram filiados os operários da Sadia (Schreiner, 1997). Marcos também não se envolveu com mobilizações dentro da empresa, tendo circunscrito o espaço de seu ativismo aos movimentos empreendidos pelos moradores do bairro em que vivia.

Uma das questões em que tocamos na entrevista foi a proposta de mudança no curso da avenida Senador Attílio Fontana, que atravessa o Jardim Panorama e o liga, em uma direção, ao centro de Toledo, e, na direção oposta, à Linha Mandarina, na zona rural do município. No caminho entre o centro da cidade e o bairro, a avenida corta ao meio o terreno onde fica a planta industrial da Sadia, atualmente pertencente à BRF S/A. Por isso é comum encontrarmos caminhões sendo manobrados na pista, geradores de transtornos mútuos, tanto para os usuários da via quanto para os motoristas que prestam serviços para a empresa. Sobre a tema, Marcos ponderou:

> [...] Essa ideia foi de políticos, nem foi da Sadia, mas foi de políticos que... tentavam agradar, ou fazer um agrado para a empresa, oferecendo-se a rua para... uma empresa, né? E, onde que a avenida que na qual foi constituída como avenida na época, aquilo que a comunidade toda queria, que na qual aconteceu e hoje é o comércio está na avenida, localizado, e... uns políticos, alguns políticos, uns dois[,] três[,] aí queriam que tivesse um desvio, dificultando, dificultando o acesso, desse bairro, que hoje tem mais de quatorze mil, pessoas nessa região aqui [da cidade]. A gente, novamente[,] reunimos as lideranças, daqui do comércio, do... do conselho do comércio, associação de bairro e... rapidamente, fomos conversar com os políticos: "por que isso?", e nós, informamos a eles que para nós seria um prejuízo muito grande, até seria [um]a desvalorização imobiliária, nós poderíamos ter, independente dos investimentos que foram feitos que estão sendo feitos, lojas, lojas melhorando, a cada dia melhora-se mais o comércio, daí... eles... pararam pensaram e, prometeram a nós que, eles não queriam pecar outra vez, então pediram desculpa e falaram que, não mais falariam nisso. [...] Essa é uma rua, que, norteia toda a cidade, essa rua, foi as primeiras, foi traçado do município[,] foi a rua São João, que hoje uma parte dela é a São João e a outra parte é [a Senador] Attílio Fontana, a outra rua que norteou na época foi a rua Maripá, acesso de chegada de Cascavel a Toledo. E essa rua [Av. Senador Attílio Fontana] já existe, [há] mais de cinquenta anos, mais, uns sessenta anos atrás, essas duas ruas são as mais velhas [da cidade]. E por que mudar, uma trajetória dessa rua? Foi o que nós entendemos. Se elas já existem [há] mais de cinquenta anos, por que mudar? Isso só ia dificultar, não um só, mas uma região grande, e uma região comercial, área comercial, e também residencial porque ia desvalorizar, muito, as propriedades, devido... desviar o trânsito por, por outros bairros pra chegar até aqui. Daí teria que passar por outros bairros, para chegar no Panorama, tanto pela direita, como pela esquerda, ia ser muito difícil a gente fazer esse, esse acesso, ia ficar muito longo. Então esse caso, eles falaram, falaram para nós, para nós que eu digo a liderança da comunidade, em que, esse assunto morreu. E se for precisar voltar um dia, a falar sobre isso se eles voltarem a falar sobre isso, a comunidade está de pé para debater o assunto, e para fazer com que eles entendam, que aquilo que foi feito, há cinquenta anos, não se muda mais.

Marcos constrói a noção de que as lideranças do bairro permaneceram mobilizadas desde a década de 1980 até o ano de 2006, quando se cogitou a possiblidade de mudar o traçado da avenida. Aponta,

então, que, rapidamente, se articulou um grupo em torno da associação de moradores e da entidade representativa dos comerciantes para discutir o projeto com o poder público. Em sua argumentação, o trajeto da avenida, da maneira como estava, ia ao encontro dos interesses de toda a população do bairro. Existiria, portanto, uma sinergia entre os comerciantes e demais habitantes do local, que estariam unidos, "em pé" – nas palavras de Marcos –, para dialogar e defender seus interesses.

Nesse processo, Marcos se apresenta como uma das lideranças, também constituindo suas memórias como recurso para se apresentar como alguém que continuou atuando em prol dos interesses da "comunidade", desde a época em que havia sido presidente da associação dos moradores. Dessa forma, tenta estabelecer um *continuum* entre sua atuação, nas décadas de 1980 e 1990, como liderança comunitária em lutas por melhorias na infraestrutura do bairro e o tempo presente, em que atuava como líder empresarial local, a despeito das diferenças que separam movimentos sociais urbanos de entidades representativas de comerciantes.

Diversos foram os argumentos utilizados para a desaprovação do projeto, mas, em especial, um deles nos chamou a atenção, o valor histórico da avenida. Conforme nos relatou, o fato de a via urbana ter sido planejada e construída pela colonizadora Maripá há mais de 60 anos, foi uma importante alegação contra a possibilidade de mudança no traçado dessa artéria urbana. Assim, rememorou-se que as avenidas Maripá e Senador Attílio Fontana/São João são consideradas as primeiras vias abertas no nascente povoado de Toledo, sendo um marco de fundação do lugar.

Novamente nos vemos diante uma discussão sobre patrimônio cultural, embora o conceito não tenha sido invocado. O que se operou, nesse momento, foi uma busca, nas memórias públicas da cidade, de elementos para se questionar um projeto do presente. O passado, nesse caso, tornou-se um instrumento de luta contra um plano que traria prejuízo aos moradores do bairro, principalmente aos comerciantes estabelecidos na avenida principal. Nesse episódio, houve uma disputa pelo espaço urbano da cidade. Moradores da periferia, notadamente os microempresários do Jardim Panorama, reivindicaram o direito de serem ouvidos quando da formulação de propostas que afetam seu cotidiano. O resultado da mobilização, por sua vez, foi um sucesso, com a retirada do projeto acompanhada de um pedido de desculpas.

Como fica evidente, nessa situação não houve uma reivindicação do *status* de "pioneiro" por Marcos, mesmo tendo sido ele um dos primeiros moradores do Jardim Panorama. Ao invés disso, as memórias da "colonização" e do "pioneirismo" de Toledo foram mobilizadas, com todo o seu peso, para impedir a mudança do traçado urbano da avenida Senador Attílio Fontana. Também foram invocadas as memórias das lutas por melhorias urbanas no bairro, nos anos 1980 e 1990, razão pela qual Marcos afirma que "eles não queriam pecar outra vez", se referindo ao poder público municipal.

Em algumas situações, o diálogo estabelecido pelos trabalhadores da cidade com as memórias públicas locais se dá por meios que dispensam uma referenciação direta à "colonização" e ao "pioneirismo". Nesse aspecto, é seminal a narrativa de João[19], que, na época da entrevista, realizada em 14 de janeiro de 2009, possuía 71 anos e se encontrava aposentado. Ele também era morador do Jardim Panorama, tendo se mudado para o local ainda na década de 1980. Ele nasceu em Santo Antônio de Jesus, no estado da Bahia, de onde saiu aos 15 anos de idade. Diferentemente dos demais narradores, que eram homens brancos, migrantes vindos do Sul do Brasil, João era negro e oriundo da região Nordeste. Na Bahia, morou em Salvador, onde serviu no exército e trabalhou na zona urbana. Também viveu no sul do estado, onde foi tropeiro. Saiu de lá em direção a São Paulo, como ressalta, em "pau-de-arara", tendo morado na capital e em Mogi das Cruzes, onde trabalhou em fábricas e em uma mineradora. Depois se deslocou para Londrina, no Norte do Paraná, onde viveu na zona urbana. Por fim, resolveu voltar para o campo, uma vez que encontrava dificuldades para pagar as despesas na cidade, quando já então se encontrava casado.

Chegou no Oeste paranaense na década de 1960, morou nas localidades rurais de São Sebastião e de São Pedro, então distritos de Toledo – hoje partes do município de São Pedro do Iguaçu –, onde voltou a trabalhar na agricultura. Em São Sebastião, segundo comenta, chegou a laborar em uma serraria. Na década de 1980, mudou-se novamente para a cidade, com o objetivo de "dar estudo" aos filhos, tendo se dirigido ao Jardim Panorama, em Toledo. Trabalhava na Sadia, primeiro por "empreitada", empilhando lenha. Posteriormente, adquiriu vínculo empregatício com a empresa e atuou nas caldeiras. Depois atuou como vigia noturno na Recalplast, uma fábrica de mangueiras plásticas. Paralelo a esses serviços, durante o dia, cavava poços e fossas, chegando a ficar sem dormir. Enquanto isso, sua esposa trabalhava como "boia-fria", ou seja, trabalhadora rural volante. Destaca, então, que, ainda hoje, mesmo estando aposentado, permanece na ativa, pois o dinheiro que recebe de aposentadoria não é suficiente para cobrir suas despesas. Durante o dia cava fossas e, ao fim da tarde, abre uma banquinha de doces e de bebidas que funciona anexa à sua casa. Afirma que apenas parou de cavar poços pois o serviço é muito pesado em razão da profundidade que é preciso escavar para encontrar água.

De sua narrativa emergem memórias muito ricas, que dão conta, inclusive, de conflitos de terra ocorridos em São Pedro e São Sebastião. Essas tensões são muito conhecidas da população regional a ponto de constarem em livros de história produzidos por projetos culturais da prefeitura municipal de Toledo (Silva; Bragagnollo; Maciel, 1988), ao invés de serem silenciados, como é recorrente na região, quando o assunto se refere a conflitos agrários. O narrador também faz uso de muitos elementos comuns nas memórias da "colonização" do município, principalmente para recompor suas lembranças do tempo em que viveu na zona rural, na década de 1960. Em um relato de "desbravamento", lembra a floresta nativa que existia em São Sebastião e em sua atuação, abrindo estradas e auxiliando a construir o distrito. Em certo momento, recordou que, quando de sua mudança para São Sebastião, teve que ir em frente ao caminhão, para alargar a estrada com facão, para que o veículo pudesse passar. Nessa epopeia de conquista da mata, outros temas comuns entre a entrevista oral de João e as memórias públicas de fundação de Toledo são os relatos de dificuldades para conseguir auxílio médico em São Sebastião e a falta de víveres mesmo nos estabelecimentos comerciais da então sede do município. João também menciona as dificuldades de locomoção, pois tinha que fazer a pé o trajeto de entre Toledo e São Sebastião, muitas vezes carregando nas costas as compras que fazia na cidade.

Essa proximidade das memórias da "colonização" de Toledo com as lembranças de João não ocorre de maneira aleatória. As experiências dele foram similares, em diversos aspectos, àquelas vividas pelas pessoas que chegaram no município nas décadas de 1940 e de 1950. Na década de 1980, quando melhor se sistematizou as memórias locais, com a publicação de livros e a realização de projetos culturais e educativos da Prefeitura Municipal de Toledo, os enredos de "colonização" e de "pioneirismo" foram estendidos para o antigo sul do município de Toledo, para as comunidades rurais que ali surgiram na década de 1960, sob o protagonismo principalmente de migrantes "nortistas".[20]

Entretanto, em nenhum momento João reivindicou para si o título de "pioneiro" do município ou mesmo de São Pedro ou São Sebastião. Em sua narrativa, "pioneiros" são apenas os moradores mais antigos da cidade de Toledo. O narrador se identifica como "nortista", palavra utilizada ainda nas partes iniciais de sua entrevista, quando constrói um enredo de sofrimento, vivido por ele com os desgastantes empregos noturnos combinados com atividades diurnas extremamente pesadas, como cavar poços e fossas. Conclui então que "É sofrido pra, a vida do nortista", de maneira a sinalizar uma experiência comum compartilhada com outros trabalhadores migrantes oriundos da região Nordeste do Brasil.

Em determinado momento da entrevista, João afirmou que chegou a planejar um retorno à Bahia. Tais afirmações nos levaram a questioná-lo sobre se houve conflitos com os moradores de Toledo ou mesmo dificuldades de adaptação em um município em que a maioria da população não se identificava como "nortista":

> [...] Aqui hoje em dia como eu falo pra minha turma [sua família]: "hoje em dia, vocês aqui tá no céu, já nasceram em berço de ouro, porque, se vocês pa, passassem o que eu já passei para, criar vocês, vocês já nasceram em berço de ouro!". [pausa] Se a pessoa desacorçoasse [desanimasse] ela, ih! Não podia desacorçoar tinha que, tocar para frente, né? Pensar o dia de amanhã e tocar para frente. [pausa longa] É, que esse Paraná velho aqui foi aberto mais com nortistas. É, alagoano[,] sergipano[,] pernambucano[,] cearense. Foi quem abriu o Paraná aqui, desmatou, esse Paraná foi, aqui vinha, vinha nortista, da Bahia, de a pé! Naquele tempo de a pé, vinha andando, andando, até chegar aqui, de São Paulo[,] Paraná. Vinha andando[,] trabalhando um dia aqui[,] outro dia lá, descansando. Talvez deixava a família pra lá e, e vinha, trabalhar aqui pra, ganhar o dinheiro pra, mandar pra lá. Teve muitos que trabalhou, conseguiu, iam, buscando as famílias, hoje em dia, uma parte é nortista aqui, nesse lugar aqui. São nordestinos.

Nesse momento, João evita discutir a temática dos problemas que porventura tenha vivido na cidade, no convívio com moradores de outras matrizes identitárias ou étnico-raciais. Suas memórias se voltam para falas pronunciadas em família, que celebram o presente e rememoram o sofrimento de seu trabalho, empreendido para construir o "berço de ouro" das novas gerações, em sentido que nos lembra o conceito de "abnegação" constante das memórias públicas de Toledo. Sobre os "nortistas", o narrador lembra as dificuldades vividas por eles, como recurso para valorizar sua presença no estado. Assim, destaca o esforço e o trabalho desse grupo, que o Paraná teria "desmatado" – um ícone do ideal de "progresso" estadual – e veio "a pé" para trabalhar. Afirma, então, que quem "abriu o Paraná" foram os "nortistas", os "nordestinos", fixando domínios para esse grupo por meio de suas memórias e narrativas.

Em uma cidade que celebra em suas memórias públicas as migrações sulistas e a descendência europeia, é significativo vermos João reivindicar espaço para migrantes nordestinos. Talvez por não ter recursos para contestar as narrativas consagradas no espaço público de Toledo, ele se volta para outra espacialidade, o estado do Paraná como um todo, para situar a obra de seu grupo. Tal passagem se soma a outras, em que ele menciona o trabalho de "nortistas" na fundação de diversas localidades do Oeste paranaense. Trata-se, portanto, de uma clara disputa pelo passado local e regional, em que o narrador reivindica o reconhecimento da diversidade cultural que pontua a história de Toledo e da região Oeste do Paraná, bem como a valorização dos trabalhadores migrantes "nortistas"/nordestinos.

A narrativa de João não é a única em que o diálogo com as memórias públicas da cidade redunda em remissões a processos históricos dinamizados em espacialidades mais amplas que a dimensão local. É o que constatamos na narrativa de Maria[21], que possuía 46 anos de idade e trabalhava como autônoma na época em que realizamos sua entrevista, em 9 de janeiro de 2010. Sua família era de Catanduvas, no Oeste do Paraná, onde seus avós chegaram a ter uma fazenda, entretanto, em função da insolvência das dívidas da família, contraídas para mecanizar a produção, todos empobreceram. Tiveram então que migrar para a zona urbana de Catanduvas, onde, desempregados, se tornaram trabalhadores volantes. Em razão do desejo de melhorar de vida, Maria se mudou para Cascavel, onde poderia continuar a estudar. A transferência definitiva para Toledo só ocorreria anos mais tarde, depois de vários deslocamentos, quando finalmente ela e o marido conseguiram adquirir uma casa própria na cidade. Conforme relatou, na década de 1990, quando ainda vivia em Cascavel, ela viu na televisão um anúncio de venda de terrenos em Toledo, cidade com fama de oferecer empregos e oportunidades para seus moradores. Ela, inclusive, já havia vivido em Toledo, em uma ocasião em que dividiu casa com seus irmãos que trabalhavam na Sadia. De acordo com ela, a escolha do terreno, no Jardim Pancera, se deu por conta da localização do imóvel, pois quando havia residido em Toledo ouviu falar que ali era um "bairro bom". Assim, evitou aceitar ofertas em localidades periféricas, mesmo que os preços dos imóveis fossem mais baratos nesses locais.

A moradia ocupa um espaço especial nas memórias de Maria em função dela ter enfrentado problemas para conseguir alugar imóveis após a separação de seu primeiro esposo, ocorrida ainda na década de 1980. Conforme explicou, ele possuía problemas com álcool e, para se desligar dele, optou por deixar Cascavel e se dirigir a Palotina, também no Oeste paranaense, onde viveu por um ano, junto com sua filha. Posteriormente voltou a Cascavel, de onde se mudou para Toledo, para residir com seus irmãos. Mesmo após eles irem embora, ela ficou na cidade, trabalhando em diferentes funções. Depois de um tempo, retornou a Cascavel e, por fim, se fixou em Toledo. Em Cascavel encontrou dificuldades para alugar casas para morar, pois se deparou com a resistência de proprietários que desconfiavam de sua conduta moral, por ela ser separada e ter uma filha. Após seu segundo casamento, os problemas permaneceram, pois, como afirma, morava junto com o sogro e a madrasta de seu marido. A mudança para Toledo representou o começo de uma nova vida para o casal que, por meio da casa própria, conquistou sua independência.

Em Toledo, trabalhou nas mais diversas atividades, nas granjas da Sadia – na zona rural –, como assistente de dentista e como cozinheira, em restaurantes, ofício que mais gosta. Conforme afirma, nunca enfrentou grandes dificuldades para encontrar empregos, uma vez que aceitava serviços menos prestigiados, como empregada doméstica e zeladora. Também houve um tempo em que o casal e os filhos deixaram a cidade de Toledo para retornar à zona rural de Catanduvas. Os pais de Maria haviam adquirido um sítio e ela, juntamente como marido, resolveu voltar a trabalhar na agricultura. Como afirma, tiveram muita dificuldade para pagar o terreno adquirido no Jardim Pancera e levaram mais tempo que o esperado para saldar a dívida. Uma estratégia para conseguir amenizar a situação foi alugar a casa e morar no sítio, temporariamente. Todavia, os resultados do trabalho agrícola não foram satisfatórios, tampouco o aluguel se revelou uma alternativa vantajosa, razão pela qual ela e a família retornaram para a cidade.

A narrativa de Maria é muito rica no sentido de delinear a diversidade de trabalhadores migrantes que constituem o conjunto de cidadãos de Toledo. Entretanto, ela não deixou de apresentar uma interface com os enredos de "pioneirismo". Isso ficou patente na parte final da entrevista, quando a questionamos se gostaria de falar mais alguma coisa, algo que não havia sido perguntado. Ela então ressaltou a trajetória de sua família antes da mudança para Catanduvas:

> Ó[lha], eu gostaria de comentar assim de... dessa parte do, por exemplo dos antepassados da, da minha família, também, que nem, o meu, a minha avó[,] do lado da minha mãe, ela, ela veio do Rio Grande [do Sul], que eles eram, pioneiros[,] lá naquela época em Três Passos [...]. Então é... de agora quando eu fui lá para o Rio Grande [do Sul] eu, eu fiquei curiosa, porque, a minha mãe nasceu em Três Passos no Rio Grande do Sul, e... a maioria dos pioneiros lá, daquele lugar lá são tudo alemão, foi bastante colonizado por alemão lá no [Rio Grande do] Sul. E... daí eu fiquei, curiosa assim para... querer ir lá conhecer onde que a minha mãe nasceu né, mas vai ficar pra outra oportunidade, queria saber, se realmente lá só tinha alemão porque, [riso] o preconceito era muito [riso].

Nessa passagem, Maria procura inserir sua trajetória nas memórias públicas que tratam da dinâmica agrária do Sul do Brasil com base nos conceitos de "pioneirismo", "colonização" e "imigração europeia". Mesmo não se colocando como "pioneira" de Toledo, ela conecta sua vivência a um processo mais amplo de "pioneirismo" no Sul do Brasil, incluindo, desse modo, sua família nesse tipo de enredo. Talvez a narradora queira dizer que ela, a despeito de todo o preconceito sofrido – por ter sido considerada "mulher separada" e mãe solo nos anos 1980 –, também faz parte de uma linhagem de "pioneirismo", no entanto, marcada pelo preconceito[22], sofrido até mesmo pelos seus antepassados de origem alemã.

Tal movimento não deixa de ser uma forma de disputa pelo "pioneirismo", entendido como um elemento que transcende os limites municipais. Isso não a impede, no entanto, de refletir criticamente sobre a realidade em que vive. Mesmo ao recordar do "pioneirismo" de sua família, não deixa de pontuar os conflitos étnico-raciais que marcaram a miscigenação entre descendentes de imigrantes europeus e indígenas, tensões experimentadas em sua própria família. Ao tratar de preconceitos, Maria não menciona apenas aquele sofrido por quem só falava alemão – possivelmente uma referência às políticas nacionalistas do Estado Novo[23] –, mas também os que eram nutridos pelos descendentes de europeus para com os brasileiros mestiços com indígenas.

Considerações finais

O presente trabalho pretendeu dar relevo a formas com que diferentes grupos sociais de Toledo lidam com as memórias públicas da cidade, notadamente com os enredos de "colonização" e de "pioneirismo" local. Discutimos como os estatutos e enredos "pioneirísticos" servem como recurso para fortalecer demandas sociais e se tornam instrumentos de disputa no espaço público. Diferentes grupos sociais se empoderam ao invocar elementos do passado local e acabam por obter certas conquistas. É por essa razão que existe um movimento de classe no interior desse campo de tensão, formado em torno das memórias públicas locais, em que trabalhadores recorrem a tais temas para afirmarem seu "direito à cidade" (Lefebvre, 2001).

Em tais construções, não é recorrente se questionar de forma aprofundada o que significou a "colonização", seus impactos negativos sobre as populações indígenas, sertanejas e fronteiriças – que já viviam na região muito antes da década de 1940 – e como ela foi uma alternativa conservadora à reforma agrária, no contexto dos anos 1950 (Gonçalves, 1997). Também não é comum o debate sobre se a atribuição do título de "pioneiro" a certos cidadãos é adequada ou o suficiente para recompensá-los (simbolicamente) por toda sorte de privações sofridas por terem migrado às fronteiras agrícolas. Essas questões não estão bem resolvidas sequer na historiografia acadêmica regional.[24]

As fontes analisadas neste artigo evidenciam justamente um movimento empreendido por moradores locais – algumas vezes até de forma silenciosa e quase invisível no cotidiano da cidade –, no sentido de usar temas das memórias públicas locais em benefício de suas próprias demandas, mesmo quando tais versões do passado lhes sejam um tanto quanto excludentes. No limite, há uma tentativa de subversão da máxima de que "todos os programas políticos envolvem tanto uma construção do passado quanto do futuro" (Grupo Memória Popular, 2004, p. 287), geralmente materializada na construção de memórias à serviço de processos de dominação, mas que, nesta pesquisa, se apresenta como um campo de disputas.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. Schiavinato (*Deputados)*. Disponível em: https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/schiavinato. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

BEAL, Vitor. *Tempo de Heróis*. História de Toledo, oeste do Paraná: a parte esquecida que o tempo não conseguiu apagar. Toledo: GFM Gráfica e Editora, 2009.

BELLO, Aldo. *Sem título*. 1999. 1 estrutura em homenagem à família Ruaro, em madeira e metal, nas cores marrom e preto, que reproduz um tronco e um machado.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO. *A Câmara nos 50 anos*. Toledo: Câmara Municipal de Toledo, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural*: Conceitos, políticas instrumentos. São Paulo; Belo Horizonte: Anablume; IEDS, 2009.

COSTA, Luiz Alberto Martins da. (coord.). *Toledo 50 anos*: cinco décadas de histórias. Toledo: Sul Gráfica, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. "Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa". *Projeto História.* São Paulo, PUC-SP, nº 35, p. 255-272, dez. 2007.

EMOÇÃO NO sepultamento de Alcides Donin. *Jornal do Oeste*. Toledo/PR, ano 16, nº 3916, p. 3, 4 de julho de 1999. Cidade.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. *In*: FENELON, Déa Ribeiro. *Cidades*. São Paulo: Olho d'água, 2000. p. 5-13.

FERNANDO (nome fictício), zelador, morador do Jardim Panorama de Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 14 de janeiro de 2009, quando ele possuía 50 anos de idade.

FROTSCHER, Méri. *Identidades móveis*: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Blumenau: Edifurb, 2007.

GAZETA MUNDIAL. *Gazeta Mundial*. Toledo/PR, ano 1, n. 1, p. 2, 1 de setembro de 2008. Expediente.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. A "Mística do Pioneirismo", antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma agrária e o norte do Paraná nos anos 50 e 60. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, UEPG, v. 2, n. 1, p. 145-171, verão de 1997.

GONZALEZ, Emilio. As camadas da Memória: a produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950 – 1990). *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon/PR, v. 05/06, p. 185-219, 2003/2004.

GRONDIN, Marcelo. *O alvorecer de Toledo*: na colonização do oeste do Paraná (1946-1949). Marechal Cândido Rondon/PR: Germânica, 2007.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR. "Memória popular: teoria, política, método". *In*: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (org.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 282-295.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Toledo. *In*: *Cidades e estados*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/toledo.html. Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

JOÃO (nome fictício), aposentado, morador do Jardim Panorama de Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 14 de janeiro de 2009, quando ele possuía 71 anos de idade.

LANGARO, Jiani Fernando. "Lembranças de um tempo que se foi? experiências, lutas por direitos e movimentos sociais de trabalhadores residentes nos jardins Panorama e América de Toledo (PR) na década de 1980". *História e Perspectivas*. Uberlândia, UFU, n. 51, p. 143-184, jul./dez. 2014.

LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de pioneiros e forasteiros*: outras histórias do Oeste do Paraná. 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2006.

LANGARO, Jiani Fernando. *Quando o futuro é inscrito no passado*: Literatura historiográfica, periodismo e memórias públicas da fundação de Toledo (PR) 1953-2011. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do extremo oeste paranaense (1970-2000). Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus; Editora da Unicamp, 1986.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. *In*: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (org.). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 14-40.

MARCOS (nome fictício), aposentado e microempresário, morador do Jardim Panorama de Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 21 de janeiro de 2009, quando ele possuía 53 anos de idade.

MARIA (nome fictício), autônoma, moradora do Jardim Pansera de Toledo-PR. A entrevista foi realizada em 09 de janeiro de 2010, quando ela possuía 46 anos de idade.

NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Toledo no Paraná*: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

OBRAS EM praça começam este mês. *Jornal do Oeste*. Toledo/PR, ano 24, n. 6.331, p. 3, 12 de julho de 2007.

OLIVEIRA, Jorge Eremites; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma etno-história da erva-mate e dos povos indígenas de língua guarani na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *In*: FINOKIET, Bedati Aparecida. (org.). *Fronteiras e Interculturalidade*. Tubarão-SC: UFFS; Copiart, 2019. p. 213-260.

PILAR em concreto, metal e vidro: contém chapa de metal que reproduz fotografias da praça e área central de Toledo na década de 1960 (uma das fotografias se refere à urbanização realizada no local neste período). Toledo: Prefeitura Municipal, 2007. 1 pilar.

PIONEIROS ASSASSINADOS a pauladas e facadas. *Tribuna D'Oeste*. Toledo/PR, 1980.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PROMOTOR PEDIU cautela com mudanças sugeridas. *Jornal do Oeste*. Toledo/PR, ano 22, n. 5.729, p. 3, 23 de julho de 2005.

REVITALIZAÇÃO DE praça encontra resistência. Mexendo com a história: parte da comunidade, à primeira vista, foi contra o projeto de revitalização da Praça Willy Barth. *Jornal do Oeste*. Toledo/PR, ano 22, n. 5.729, p. 3, 23 de julho de 2005.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990.

SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. *Narrativas urbanas*: cidade, fotografia e memória, Toledo-PR (1950-1980). 174 f. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

SCHMIDT, Róbi Jair. *Cenas da constituição de um mito político*: memórias de Willy Barth. Cascavel: Edunioeste, 2001.

SCHREINER, Davi Felix. *Cotidiano, Trabalho e Poder*: a formação da cultura do trabalho no extremo oeste do Paraná. Toledo: Ed. Toledo, 1997.

SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, Rubens; MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SOUZA, Aparecida D'Arc. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu*: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1978-2008). 216 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n. 16, p. 277-96, fevereiro de 1998.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n. 15, p. 51-71, abril de 1997.

THOMPSON, Dorothy. Marxismo e história. *Cadernos AEL*, Campinas, UNICAMP, v. 11, n. 20/21, p. 211-221, 2004.

TOLEDO GANHA nova remodelação da Praça Willy Barth. *Jornal do Oeste*. Toledo, ano 24, n. 6.443, p. 8, 24 de novembro de 2007. Especial Praça Willy Barth.

TOLEDO. *Decreto n. 4*. Aprova o Loteamento "Jardim Dona Amélia", implantado nesta cidade de Toledo. Datiloscrito, Toledo, 16 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/3792_texto_integral. Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

TROCA DE comando: grupo ligado aos deputados Sperafico e Genari assume o comando do "Jornal do Oeste". *Oeste*. Cascavel, ano XI, n. 110, p. 16, setembro de 1995.

YOSHIDA, Iraci da Silva Menezes. (coord.). *Com licença somos distritos de Toledo*: projeto repensando os distritos de Toledo. Prefeitura Municipal de Toledo: Toledo, 1988.

Notas

[1] Este artigo originou-se do projeto de pesquisa "História, memória e cidade: culturas, trajetórias de vida e lutas por direitos no Brasil contemporâneo", registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Goiás sob o código PI0610-2016.

[2] Atualmente o município possui uma população estimada em 144.601 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023), é a terceira maior cidade do Oeste paranaense – região limítrofe à Argentina, ao Paraguai e ao estado brasileiro de Mato Grosso do Sul –, sendo o município importante polo industrial regional.

[3] Por "memórias públicas" o Grupo Memória Popular (2004) designa o conjunto de versões do passado que se tornam hegemônicas na esfera pública. Os autores dialogam, portanto, com conceitos de Raymond Williams e Jürgen Habermas para defender que intensas lutas políticas se operam por meio da memória. Nesse sentido, o espaço público emerge como lugar de disputas e de tentativas de modulação de narrativas sobre o passado. Neste trabalho, usamos o conceito para designar as memórias produzidas tanto por meio de iniciativas oficiais (como as do poder público municipal) quanto independentes (como as da imprensa), que, mesmo envolvidas em embates, alcançam projeção no espaço público e logram o *status* de figurar como "*a* história local".

[4] Trata-se de um conceito problemático, tributário da Marcha para o Oeste, empreendida durante o Estado Novo, e de seus desdobramentos. O "pioneirismo" preconiza a heroicização dos migrantes que participaram dos processos de "colonização" do Oeste brasileiro, principalmente aqueles considerados protagonistas, como os gestores de empresas colonizadoras privadas, a exemplo do que ocorre no Oeste do Paraná. De maneira geral, trata como primeiros moradores, dignos de direitos de primazia, pessoas que se dirigiram a áreas já ocupadas por populações distintas, entre elas, indígenas, quilombolas, caboclas e, no caso da região estudada, adicionalmente, fronteiriças. Também é um termo decorrente de um debate conservador, que apresentou colonizações privadas como equivalentes a iniciativas de reforma agrária. Todavia, neste artigo, nosso objetivo não é analisar criticamente as memórias do "pioneirismo", algo que já realizamos em outras oportunidades. A proposta deste texto é refletir sobre como moradores da cidade de Toledo lidam com os clichês do "pioneirismo" em suas vidas cotidianas. Não se trata de cobrar deles grandes sentidos críticos, como no trabalho feito pela academia, mas de entender como essas pessoas significam os marcos do "pioneirismo" e os articulam em suas demandas sociais e políticas no dia a dia da cidade. Para uma leitura crítica da Marcha para o Oeste, bem como da "colonização" e do "pioneirismo", ver: Gonçalves (1997), Langaro (2006, 2019), Laverdi (2005) e Lenharo (1986).

[5] Jorge Eremites Oliveira e Paulo Marcos Esselin (2019) afirmam que muitos dos "paraguaios" que trabalhavam na exploração de erva-mate na fronteira do Brasil com o Paraguai eram, no entanto, indígenas guaranis. Embora o foco do estudo dos autores resida no antigo sul de Mato Grosso, cremos ser possível expandir esse entendimento também para o Oeste paranaense, em virtude das semelhanças existentes entre os sistemas extrativistas de ambas as regiões.

[6] Essas disputas envolvendo memórias de "pioneirismo" não são exclusivas da cidade de Toledo. Elas também são verificadas em outras localidades do Oeste Paranaense, como Foz do Iguaçu, em que Aparecida D'Arc de Souza (2009) observou disputas empreendidas por famílias de trabalhadores locais para serem reconhecidas como "pioneiras" da cidade. Em pesquisa anterior (Langaro, 2006), também constatamos o uso de elementos integrantes dos enredos de "colonização" do município de Santa Helena, por trabalhadores migrados para o local em períodos mais recentes, como forma de atestar suas contribuições para a construção do lugar e o sofrimento ali vivido para se estabelecer.

[7] Tal aspecto é muito presente nessa obra coordenada por Luiz Alberto Martins da Costa (2002), um compêndio de matérias publicadas pelo **Jornal do Oeste** em alusão ao cinquentenário de Toledo.

[8] Por história local entendemos um conjunto de práticas culturais e de relações sociais, diversas e conflitantes, que se dão na dimensão mais próxima vivida pelos sujeitos sociais, tal como afirmou Raphael Samuel (1989/1990). Conforme delineou o autor, ao invés de reproduzir padrões narrativos oriundos da historiografia, para as histórias de localidades, mais rico seria aos historiadores a realização de estudos sobre cultura local, problematizada por meio de fontes históricas tais como as narrativas orais, que permitem uma abordagem qualitativa dos temas estudados e possibilitam um diálogo com as formas como as pessoas pensam e significam suas existências no tempo. Outra fonte de inspiração para este trabalho, dentro dessa discussão de história local, é Déa Ribeiro Fenelon (2000), que propôs o estudo de cidades com base na cultura urbana, pensada de maneira não desarticulada das relações sociais. Para a autora, um caminho profícuo para o estudo do urbano seria a problematização de como as pessoas lidam com a cidade e seus elementos constituintes, como vivem, pensam e significam as diferentes urbes.

[9] Esse movimento pode ser visto no memorialismo local (Beal, 2009; Grondin, 2007), na imprensa (Costa, 2002) e na escultura urbana (Bello, 1999) de Toledo.

[10] Neste trabalho, nos referiremos a essa indústria como Sadia, pois é dessa maneira que ela consta na documentação levantada, em sua maioria produzida antes da criação, em 2009, da BRF S/A.

[11] Algo nesse sentido também é apontado por Robson Laverdi (2005).

[12] Nesse processo também houve a mudança na pauta do jornal, que diminuiu sobremaneira o foco nas notícias locais para ampliar a abordagem do contexto nacional e internacional (Gazeta Mundial, 2008).

[13] O empenho na educação ambiental poder ser visto ainda na década de 1980, no livro *Com licença, somos distritos de Toledo* (Yoshida, 1988) ou, mais recentemente, no projeto educacional "Conhecendo Toledo", que leva os alunos para visitações a lugares considerados importantes para a história, geografia e meio-ambiente do município (Santos, 2010).

[14] Nome fictício utilizado neste texto para preservar a privacidade do entrevistado.

[15] No processo de transcrição das entrevistas orais, optamos por manter algumas marcas de oralidade. Nesse sentido, a pontuação não obedece, necessariamente, às regras da ortografia padrão da língua portuguesa, mas tentam indicar o ritmo da narrativa.

[16] A esse respeito, ver: Langaro (2019).

[17] Nome fictício utilizado neste texto para preservar a privacidade do entrevistado.

[18] De acordo com Alistair Thomson (1997, 1998), reminiscências pessoais não são registros fixos do passado, imutáveis ao longo do tempo. Para o autor, lembranças são "recompostas" para atender demandas do presente, que podem ser de ordem política ou mesmo pessoal (quando o sujeito do ato de recordar recompõe suas lembranças para se sentir bem com sua trajetória de vida). O processo de "recomposição" de reminiscências, por outro lado, não ocorre de forma isolada, na mente da pessoa que lembra, mas em uma relação dinâmica com seu grupo social e com a sociedade da qual faz parte, incluindo, ainda, um diálogo com as versões do passado circulantes no espaço público, presentes na mídia e nas celebrações públicas.

[19] Nome fictício utilizado neste texto para preservar a privacidade do entrevistado.

[20] Esse termo é regionalmente empregado para designar quem veio para o oeste paranaense oriundo de estados do Nordeste ou do Sudeste do Brasil. Nessa última região, se destacam os migrantes mineiros e capixabas. Na narrativa de João, no entanto, "nortista" é sinônimo de "nordestino", não inclui, portanto, migrantes sudestinos.

[21] Nome fictício utilizado neste texto para preservar a privacidade da entrevistada.

[22] Dorothy Thompson (2004) defende que, mesmo sem envolvimento direto com o feminismo, as mulheres podem ter uma agenda feminina para seu tempo. Entendemos que Maria, no caso estudado, pode ter uma agenda feminina – e familiar – para as memórias do "pioneirismo", tratado não apenas como algo específico de Toledo, mas comum a todo o Sul do Brasil.

[23] Sobre a repressão a imigrantes alemães durante o Estado Novo, ver: Frotscher (2007).

[24] Uma leitura crítica das memórias da "colonização" e do "pioneirismo" em Marechal Cândido Rondon, cidade também fundada pela MARIPÁ e desmembrada do município de Toledo ainda na década de 1960, nos é oferecida por Emílio Gonzalez (2003/2004).

Submetido em: 29/01/2023
Aceito em: 20/10/2023